

Valor Investe

Planejamento

Os primeiros passos para uma aposentadoria sem sustos

Benefício tributário

Como escolher o plano adequado e aproveitar o incentivo fiscal

Tendências

Investidores ganham mais opções com a arquitetura aberta

EDIÇÃO ESPECIAL

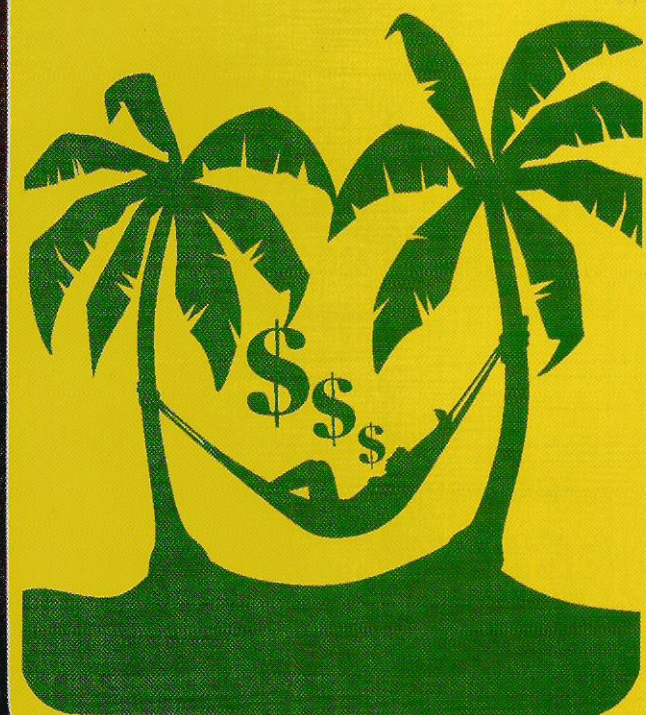
As melhores da previdência

As gestoras de recursos vencedoras do Guia Valor/FGV 2017

E mais: ranking de fundos ligados a PGBLs e VGBLs

Valor Econômico | valor.com.br

Dezembro 2017 | Ano 15 | N.78



Carteira pode incluir de planos de previdência a fundos imobiliários. Escolha depende de prazo, necessidades e perfil de risco do investidor *Por Danylo Martins*

Criando a própria receita

Quando o tema é preparação para a aposentadoria, não há uma receita de bolo que faça sentido para todos, e sim uma carteira adaptada ao contexto e às necessidades de cada pessoa. Mas uma regra precisa ser seguida, segundo especialistas em finanças pessoais: a estratégia tem de acompanhar as mudanças ocorridas na vida ao longo dos anos. Um erro comum, especialmente no início da trajetória profissional, é fazer aportes de valor baixo em um plano de previdência privada e deixar de revisar periodicamente a quantia aplicada e a composição da carteira.

“Conforme se aproxima da aposentadoria, o portfólio precisa ficar mais conservador. Ou se a pessoa tinha uma renda mais estável e passou a ter uma remuneração mais volátil, aí vai necessitar de uma carteira mais conservadora durante esse período”, exemplifica Ivens Filho, diretor da Guide Life. Também há situações em que se observa, na metade do cami-

nho, que o esforço de poupança foi acima do esperado, e dá para reduzir parte do risco assumido.

Já quem percebeu o tempo passar, mas não acumulou uma reserva, talvez tenha de construir uma alocação mais arrojada. “É importante acompanhar como está a reserva financeira e qual o risco de atingir ou não o objetivo traçado”, afirma.

Definir o tempo até se aposentar, conhecer o padrão de vida atual e ter o hábito de investir uma quantia mensalmente são alguns dos principais itens que devem ser levados em consideração.

Refletir sobre o momento desejado para a aposentadoria envolve pensar sobre a longevidade da atividade laboral, ou seja, por quantos anos a profissão escolhida dará frutos, defende o economista e educador financeiro Marcos Silvestre. “A partir disso, calibra-se uma meta de idade para se aposentar, que pode ser mais tenra ou mais madura, con-

forme o projeto de cada pessoa.”

Outra etapa fundamental é projetar, com base em valores atuais, a renda mensal para viver a aposentadoria. Vale montar um orçamento para o futuro, incluindo uma estimativa dos gastos mensais. Silvestre diz que 70% do salário mensal líquido (descontando impostos) na fase ativa costuma ser suficiente. Por exemplo, quem ganha R\$ 8 mil mensais pode usar como referência uma renda de R\$ 5,6 mil na aposentadoria. Mais um passo é definir uma meta de acumulação. “O importante é fazer o plano caber no orçamento”, afirma.

Essa lição de casa demanda tempo e dedicação, mas as informações são cruciais para montar a carteira de investimentos. Isso porque toda aplicação financeira precisa estar alinhada com um objetivo que tenha valores e prazos previamente determinados. “Se o horizonte for longo, por exemplo, 30 anos, não faz sentido considerar papéis com venci-



Aplicações devem estar alinhadas a objetivos. (Ilustração: Fernanda Prado, da LifeFP)

mentos curtos, como CDBs, LCIs e LCAs, que são mais recomendados para metas de curtíssimo ou curto prazo”, pontua a planejadora financeira Fernanda Prado, da LifeFP.

Os produtos de previdência privada - PGBL e VGBL - podem ser vantajosos para formar o pé-de-meia, mas é necessário pesquisar, senão a chance de comprar “gato por lebre” é muito grande, alertam especialistas. “Precisa conhecer o plano e o fundo que está por trás, saber o que é mais adequado antes de sair assinando qualquer um que o gerente ofereça. Afinal, é o futuro da pessoa que está em jogo”, afirma Mauro Calil, especialista em investimentos do banco Ourinvest e consultor da Academia do Dinheiro. Por ser um produto desenhado para poupança de longo prazo (em geral, superior a dez anos), um cuidado básico é não encará-lo como um investimento de curto prazo, um erro muito comum, segundo Calil.

Uma das vantagens de ambos os planos é a isenção do chamado come-cotas, cobrança semestral de Imposto de Renda (IR) que incide sobre o rendimento dos fundos de investimento comuns em maio e novembro. Outra característica é que tanto VGBL quanto PGBL podem funcionar como instrumentos importantes no planejamento sucessório. “Em caso de morte do participante, os recursos acumulados no plano não entram no processo de inventário”, explica Rogério Araújo, diretor da TGL Consultoria. O dinheiro costuma ser liberado rapidamente aos beneficiários, indicados pelo titular no momento da adesão ao plano.

Na hora de escolher a modalidade, é preciso prestar atenção nas especificidades de cada plano. O →

ONDE INVESTIR

...ira pode incluir de planos de previdência a fundos
...ilários. Escolha depende de prazo, necessidades
...il de risco do investidor. Por Danilo Martins

PGBL vale a pena para quem declara o IR pelo modelo completo e faz contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), já que os aportes podem ser usados como uma dedução do imposto devido. Isso significa reduzir a quantia de IR a pagar ao Fisco ou engordar a restituição no ano seguinte ao das contribuições. O abatimento é limitado a 12% da renda bruta anual tributável. Então, quem recebeu R\$ 110 mil em 2017, pode deduzir até R\$ 13,2 mil na declaração de 2018. O benefício tributário de postergar o pagamento do imposto (diferimento fiscal) só vale para o PGBL (*leia mais na página 38*).

“Um erro frequente é ter um VGBL e fazer a declaração completa. O plano precisa estar adequado ao seu perfil tributário”, observa Araújo. Além de ser indicado para pessoas que declaram o imposto pelo formulário simples, o VGBL sofre a incidência de IR apenas sobre rendimentos quando houver saque do dinheiro aplicado. Já quem investe em PGBL paga o imposto sobre o valor total acumulado.

Outro cuidado importante está relacionado à definição do regime tributário, que pode ser progressivo ou regressivo. No primeiro, as alíquotas de IR variam de zero a 27,5%, como na remuneração de assalariados. Pela tabela regressiva, as alíquotas diminuem conforme o tempo - caem cinco pontos percentuais a cada dois anos, podendo chegar a 10% para recursos investidos por mais de dez anos.

O custo dos produtos de previdência também deve ser levado em consideração. “Em geral, as taxas de administração são maiores nos fundos de previdência em relação aos demais fundos de investimento”, diz

A planejadora financeira Leticia Camargo recomenda a pesquisa de taxas de administração

a economista e planejadora financeira certificada (CFP) Leticia Camargo. Muitos fundos ainda têm taxa de carregamento, que pode ser cobrada na entrada ou na saída. Para evitar que a rentabilidade seja corroída ao longo do tempo, a recomendação dos planejadores é buscar opções fora dos grandes bancos. Vale a pena pesquisar fundos oferecidos por gestores independentes, indica Fernanda, da LifeFP. “Precisa entender em

quais ativos o fundo investe, como foi a rentabilidade da carteira nos últimos três anos, qual o histórico do gestor.”

A regra vale também para quem pretende aplicar em fundos de investimento tradicionais. Neste caso, além da gestão, é necessário conhecer os tipos de carteira: há desde as mais conservadoras, que investem quase todo o patrimônio em renda fixa, até as mais arrojadas, como os



fundos de ações. “Estamos falando de décadas de investimento. Então, é importante analisar os riscos, a volatilidade e a liquidez do produto”, diz Fernanda. Fundos multimercados (que aplicam em renda fixa e renda variável) e fundos de ações costumam cobrar, além da taxa de administração, uma taxa de performance quando o desempenho supera o indicador de referência (benchmark).

Nos fundos comuns, a cobrança de IR varia de acordo com o tipo de carteira. Fundos de curto prazo têm alíquotas de 22,5% (aplicações mantidas por seis meses) e 20% (acima desse prazo). Já os fundos de longo prazo seguem uma tabela regressiva, com alíquotas que começam em 22,5% (até seis meses) e vão caindo até chegar a 15%, para investimentos acima de dois anos.

A exceção são os fundos de ações, que sofrem uma mordida de 15%, independentemente do prazo. A incidência do IR ocorre sobre os rendimentos. Exceto nos fundos de ações, as demais modalidades têm cobrança de come-cotas.

Se a opção for montar uma carteira de investimentos por conta própria, é necessário conhecer o funcionamento dos mercados de renda fixa e de ações, ou ainda entender a dinâmica do setor imobiliário, caso decida aplicar em fundos imobiliários. A diversificação das aplicações é uma aliada no planejamento de aposentadoria. “Também é preciso evitar armadilhas psicológicas, como se desesperar em momentos de queda e acabar vendendo todas as ações e migrando para a renda fixa”, diz Ivens.

Os especialistas sugerem alocar parte do patrimônio em títulos públicos atrelados à inflação (Tesouro IPCA), vendidos no Tesouro Direto. Ao carregar o papel até o vencimen-

to, o investidor terá o montante aplicado corrigido pela inflação, mantendo assim o poder de compra. Além do ganho real, esses papéis têm baixo risco por serem garantidos pelo Tesouro Nacional. O ideal é comprar títulos que vencem próximo à data de aposentadoria. Para investir, paga-se uma taxa de custódia (cobrada pela B3) de 0,30% ao ano sobre o valor dos títulos. Corretoras - como as ligadas a bancos de varejo - também cobram taxas, mas muitas instituições independentes isentam o investidor deste custo.

O portfólio pode ainda incluir uma cesta de ações. Quanto maior o prazo, diz Calil, maior pode ser a parcela aplicada em renda variável. Ele lembra que é possível escolher entre um fundo de ações, um Exchange Traded Funds (ETF) - fundo negociado em bolsa e que segue índices, como o Ibovespa -, ou ainda selecionar ações por conta própria.

Esta última opção, contudo, demanda mais. “Para comprar ação diretamente na bolsa, precisa se dedicar, conhecer as empresas, ficar atento ao mercado”, observa Letícia. Nos ETFs, as taxas de administração costumam ser mais baixas em relação aos fundos de ações (o BOVA11, por exemplo, que segue o Ibovespa, cobra 0,54% ao ano).

Aplicações com potencial de geração de renda também são indicadas pelos consultores, incluindo ações de empresas boas pagadoras de dividendos ou os fundos imobiliários - esses têm rendimento mensal isento de IR. “Estamos vivendo uma inflexão positiva do mercado imobiliário”, diz Calil. No caso dos fundos, é fundamental pesquisar os diferentes tipos - há os que aplicam recursos em edifícios comerciais, shopping centers, agências bancárias, hotéis,

entre outros empreendimentos. A tarefa de seleção ainda envolve analisar, por exemplo, vacância e localização dos imóveis.

Comprar imóveis é outra maneira de obter um rendimento mensal na aposentadoria, mas o esforço é maior. Além de um patrimônio mais elevado, a pessoa deve contar com uma imobiliária de confiança, sem considerar que há depreciação e custos de manutenção, diz Ivens. “O brasileiro gosta de imóvel porque é um bem real, mas deve lembrar que precisa pagar IPTU, condomínio. Não pode considerar o aluguel recebido como 100% dessa renda”, complementa Letícia.

Para os especialistas, é salutar destinar uma fatia pequena ao investimento no exterior. A vantagem da estratégia consiste em diversificar o patrimônio geograficamente, e não depender só dos rendimentos dos ativos brasileiros. Há fundos que aplicam em ações de empresas negociadas em outros países. “A bolsa no Brasil é muito concentrada em setores como commodities e consumo, e temas como tecnologia e saúde estão pouco representados no mercado”, diz Felipe Bottino, diretor da Icatu Seguros.

Em parceria com a gestora americana BlackRock, a seguradora vai ofertar até o fim deste ano um fundo de previdência que investe até 10% em ações de mais de 40 países.

Um alerta feito pelos especialistas é fugir dos seguros resgatáveis como aplicação financeira para a aposentadoria. “Tem muita gente vendendo esse tipo de seguro como investimento”, afirma Araújo, da TGL. Segundo ele, as taxas de carregamento do produto costumam ser altas, o que por si só já deveria ser um ponto de atenção. ■